



Autor: Poder Executivo D.O. 20/09/77

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº3.909 DE 19 DE setembro

DE 1 977.

Autoriza o Poder Executivo a proceder, no Município de Aripuanã, à doação de terras que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, aproximadamente 266.000 (duzentos e sessenta seis mil) hectares de uma área de terras, transferidas à CODEMAT pela Lei nº 3.307 de 18/12/72, alterada pela Lei nº 3.744/76, de 10/06/76, compreendida dentro dos seguintes li mites e confrontações: partindo do ponto onde o Rio 21 cruza com a rodovia AR-1, Km 177,760 (estaca 8888), seguindo pela referida rodovia até o Km 120 (estaca 6000); daí,com uma li nha seca, com rumo 0º S e distância de 27.200 m, até atingir o rio Iquê, descendo por este rio até sua confluência com rio Juruena; descendo pelo rio Juruena até a confluência com o rio Ariruena; subindo pelo referido rio até sua mais alta cabeceira, pelo lado direito; daí, com uma linha seca, com o rumo de 17º 10º NW, distância de aproximadamente 25.200m, pon to de partida do caminhamento.

NORTE - rodovia AR-1:

SUL - rio Iquê e rio Juruena;

LESTE - rio Ariruena e cruzamento do rio 21

AR-1;

ÓESTE - pelo meridiano 59º 30º, com terras/

vadas à Codemat.

Of int

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO



Artigo 2° – O imóvel, objeto da doação de que trata o artigo anterior, se destina à instalação da Estação Ecol $\underline{\delta}$ gica, pelo Ministério do Interior, através da Secretaria $\underline{E_S}$ pecial do Meio Ambiente (SEMA).

Artigo 3° - Tornar-se-á nula a doação, sem que ao Estado caiba qualquer obrigação indenizatória, inclusive por benfeitorias realizadas, se ocorrer destinação diversa à prevista.

Artigo 4° - As obras deverão iniciar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura do contrato, a fim de que, no período de 2 (dois) anos, este ja definitivamente implantado o conjunto previsto no artigo 2° .

Artigo 5º - Correrão por conta da União as despessas decorrentes da execução da presente lei.

Artigo 6º - Entrará esta lei em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 19 de setembro de 1 977, 156º da Independência e 89º da República.

